SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

27/03/2015 - Telesíntese

Oi fecha 2014 com prejuízo de R$ 4,408 bi

A concessionária divulgou hoje o seu resultado operacional do último trimestre de 2014 e do ano. Fechou o período com prejuízos de R$ 4,408 bilhões, atribuídos, principalmente, à venda da PT Portugal. Segundo a companhia, o último trimestre do ano, foi o da "virada", quando apresentou melhores resultados operacionais em relação ao semestre imediatamente anterior.

Segundo a companhia, os prejuízos de mais de R$ 4 bi foram motivados pelas seguintes razões: provisionamento para o fundo de pensão dos funcionários da PT, no valor de R$ 1,53 bilhões; provisionamento para perdas de R$ 1 bilhão sobre a variação do valor da PT em euros; e mais R$ 1,614 bi equivalentes a 500 milhões de euros que dependem do desempenho da operadora portuguesa para entrar no caixa da companhia brasileira.

Com a venda dos ativos da Portugal Telecom e recebimento de recursos com a venda de torres de telefonia móvel, a Oi reduziu sua dívida líquida de R$ 47,799 bilhões no terceiro trimestre de 2014 para R$ 30,563 bilhões ao final de dezembro, informou a empresa nesta sexta-feira. Os investimentos caíram no último trimestre do ano. A companhia fechou o ano com Capex total de R$ 5,278 bilhões, queda de 18% em relação a 2013. No último trimestre, a queda foi de 30% em relação ao mesmo período do ano passado. Segundo o CEO da Oi, Bayard Gontijo, a redução do investimento no último período se deve ao planejamento da operadora, que cumpriu o valor de Capex anunciado.

A empresa fechou o ano com 74,945 milhões de unidades de negócios, sendo 17,4 milhões residenciais; 48,4 milhões da telefonia móvel; 8 milhões corporativos e 653 mil telefones públicos. O Ebitda do trimestre foi de R$ 3, 195 bilhões, margem de 43,%. O Ebitda de rotina foi de R$ 1,836 bilhão. No ano, a Oi fechou com Ebitda de R$ 10,361 bilhões, queda de 4,8% em relação a 2013. E Ebitda de rotina de R$ 7,64 bilhões, queda de 7,5%.

Oi registrou receitas operacionais de R$ 28,546 bilhões no ano, queda de 2,7%. No último trimestre, teve receitas de R$ 7,323 bilhões, queda de 5,1% em relação ao mesmo período de 2013.

Guidence

Na conferência com os analistas, Gontijo manteve as metas anunciadas para este ano, de alcançar um Ebitda de rotina de R$ 7,2 a R$ 7,4 bilhões e manter a relação do Ebitda de rotina e investimentos em mais R$ 1,2 a R$ 1,8 bilhão.A Oi não anunciou as projeções de Capex para este ano. De acordo com o executivo, o guidence de Capex será anunciado durante a Assembléia Geral Ordinária, que normalmente ocorre no final de abril ou início de maio. "Já avisei aos diretores que o melhor corte de custos representará mais investimentos", disse. Reforçou que a execução dos planos de investimentos não levarão a Oi ao mercado de capitais.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

30/03/2015 - Telesíntese

Dinheiro da venda da PT ficará no caixa da Oi

O presidente da Oi, Bayard Gontijo, disse hoje aos analistas que conta com o dinheiro da PT ainda neste semestre. E avisou que ainda tem torres e ativos africanos para vender.

cA Oi espera que o dinheiro da venda da PT- 7,4 bilhões de euros – entre nos cofres da empresa no segundo trimestre deste ano. Falta apenas a aprovação das agências reguladoras de Portugal para que a venda para a francesa Altice se concretize. Segundo o CEO da Oi, Bayard Gontijo, em conferência com os analistas hoje, 27, o "dinheiro ficará em nossas mãos" para que possam ser tomadas as melhores decisões sobre a sua aplicação. Insistiu que a meta da empresa continua ser a de reduzir o custos ou acabar com "a queima de dinheiro", como ele diz, para aumentar a flexibilidade financeira da empresa. Mas assinalou que as iniciativas não "deixarão o negócio faminto".

Venda de novos ativos

Bayard disse ainda que a Oi tem entre 500 mil a um milhão de torres que podem ser comercializadas, mas a empresa está estudando o melhor momento para isto. Além disso, lembrou que a concessionária conta com os ativos da África para serem vendidos (em Angola e no Timor do Leste) e o executivo acredita que no segundo semestre deste ano essas vendas estarão concluídas.

Embora Gontijo acredite que a consolidação do setor traga mais benefícios para as empresas e o mercado brasileiro, este tema praticamente desapareceu do discurso da companhia. E também dos bancos e analistas, que fizeram apenas uma pergunta sobre este assunto, durante a conferência em inglês. "Continuo achando que é positiva, se ela ocorrer", disse ele, ao se referir à consolidação do setor.

Para o executivo, o primeiro trimestre deste ano já irá trazer resultados positivos no cash flow da Oi, principalmente devido aos cortes de custos e despesas.

Desvalorização do real

A desvalorização do real não irá afetar os números da empresa, pois a Oi não está exposta a outra moedas, afirmou. Além de ter cobertura completa às dívidas em dólar (hedge), os contratos com os fornecedores podem ser revistos, se o real continuar desvalorizando. Como o mercado está em um período muito volátil, Bayard quer aguardar por mais um mês para se posicionar sobre a questão.

Conforme Gontijo, o valor da programação para a TV por assinatura é o mais afetado com a variação do real, e, segundo ele, no trimestre passado houve um impacto de R$ 10 milhões a mais no Opex. Há também contratos em dólar de satélite e cabo submarino da Globonet, mas que ainda não afetaram diretamente o desempenho da empresa por conta da desvalorização do real.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

30/03/2015 - Telesíntese

Oi anuncia novos direitos para donos de preferenciais na próxima semana

O objetivo é minorar o impacto sobre os direitos dos acionistas do atraso na entra no novo Mercado, provocada por razões técnicas de atendimento pela PT SGPS de exigência da SEC.

Em conferência hoje, 27, com analistas, para anunciar os resultados do 4º trimestre de 2014 e do ano, Bayard Gontijo, presidente da Oi, depois de se desculpar pelo fato de a empresa não cumprir o prazo de migrar para o Novo Mercado em 31 de março, como previsto, disse que, na semana que vem, a operadora vai anunciar medidas para minorar os efeitos sobre os direitos dos acionistas em função do atraso. Entre as medidas, mencionou a extensão do direito de voto aos minoritários e tag along, de tal forma que os acionistas preferenciais passem a ter os mesmos direitos dos detentores de ações ordinárias.

Bayard destacou que a primeira medida dentro dessas regras de transição destinadas a ampliar o direito dos minoritários até a diluição do capital foi objeto de fato relevante publicado ontem no qual propõe à controladora, Telemar Participações, uma conversão voluntária de ações preferenciais em ações ordinárias, à relação de troca de 0,9211 de ação ordinária por cada ação preferencial da Oi.

"Por razões téccnicas não pudemos continuar com o processo de incorporação das ações", lembrou Gontijo. As razões técnicas estão no fato de a PTSGPS ainda não ter atendido uma das exigências da SEC, que demonstrações financeiras auditadas dos ativos aportados pela PT SGPS na Oi em 5 de maio de 2014, bem como o consentimento dos auditores. Segundo o comunicado ao mercado de ontem, 26, "a TmarPart e a Oi tiveram extensas discussões com os antigos auditores da PT SGPS e foram informadas de que os auditores, neste momento, não têm a intenção de lhes fornecer tal consentimento para a inclusão dos seus relatórios de auditoria a respeito de tais ativos no registration statement".

Um dos obstáculos ao término do balanço de ativos da PT SGPS, as ações detidas na Oi e que vão ser convertidas em papeis da CorpCo quando terminada a fusão das empresas, foi ultrapassado ontem, com aprovação pela assembleia geral de acionistas da Oi, por 98% dos participantes, da permuta de ações entre as empresas. A permuta reduz a participação da PT na concessionária para 25,6%, e o poder de voto a 7,5%.

30/03/2015 - Telesíntese

GVT ultrapassa marca de 3 milhões de clientes em banda larga

Operadora amplia em 50% número de clientes em pouco mais de 2 anos

A GVT ultrapassou a marca de 3 milhões de clientes em banda larga no último mês. O crescimento chega a 50% em pouco mais de dois anos, quando registrou 2 milhões de clientes. A operadora, que oferece velocidades de até 150 Mbps, possui atualmente 12,35% do market share de banda larga no país. Recentemente, foi adquirida pelo grupo Telefónica.

Sua área de cobertura, que hoje contempla 156 cidades em 20 estados, além do Distrito Federal. Hoje, a base de clientes da operadora navega, em média, na velocidade de 15,4Mbps, bem acima da média nacional, que é de 2,9Mbps, segundo a última divulgação da Akamai. Mais de 72% da base de clientes da GVT assinam pacotes de mais de 15Mbps.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

29/03/2015 - Agência Brasil

Solicitação do seguro-desemprego será realizada pela internet

Para tornar mais rápido o atendimento ao pedido e dar maior segurança às informações sobre os trabalhadores, o Ministério do Trabalho e Emprego determinou que as empresas passem a preencher o requerimento do seguro-desemprego de seus empregados pela internet.

A medida começa a valer na próxima quarta-feira (1º). Empregadores só poderão preencher requerimento por meio do aplicativo Empregado Web A medida começa a valer na próxima quarta-feira (1º). Empregadores só poderão preencher requerimento por meio do aplicativo Empregado Web

A medida começa a valer na próxima quarta-feira (1º), de acordo com resolução do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Os empregadores só poderão preencher o requerimento do seguro-desemprego e a comunicação de dispensa de trabalhadores por meio do aplicativo Empregado Web, disponível no Portal Mais Emprego, do ministério. A entrega dos formulários impressos, utilizados hoje, será aceita até 31 de março.

Segundo o ministério, o sistema dará maior rapidez à entrega do pedido, além de garantir a autenticidade dos dados, e possibilitará o cruzamento de informações sobre os trabalhadores em diversos órgãos, facilitando consultas necessárias para a liberação do seguro-desemprego.

29/03/2015 - Portal Vermelho

Laura Carvalho: Há luz no fim do ajuste?

Para minimizar ou até eliminar seu efeito recessivo, o ajuste deve aumentar a progressividade da estrutura tributária. Por isso, é bem-vinda a discussão sobre a criação de imposto sobre grandes fortunas e/ou o aumento e a federalização do imposto sobre heranças.

Desde a explosão da dívida pública que se seguiu à crise de 2008 em diversos países avançados, muitos economistas se concentraram em medir o efeito de um ajuste fiscal – realizado a partir de cortes de gastos ou de aumentos de impostos – sobre o crescimento econômico.

Vários desses trabalhos indicaram que os ajustes, por terem efeito negativo sobre o próprio crescimento (especialmente se implementados durante uma recessão), podem levar a uma espiral em que a queda no nível de atividade prejudica a arrecadação tributária subsequente, elevando ainda mais o déficit e a dívida pública em relação ao PIB.

Uma espiral desse tipo já é velha conhecida dos gregos, que desde o início da crise, apesar dos esforços de ajuste, viram sua dívida subir de cerca de 100 para 175% do PIB nos últimos sete anos.

Nesse contexto, muitos autores defendem que uma expansão fiscal seria a melhor forma de levar uma economia estagnada de volta a uma trajetória de crescimento e de sustentabilidade da dívida pública. Não por acaso, tais evidências e argumentos vêm sendo trazidos para o debate atual brasileiro.

Destaco aqui quatro objeções, que considero mais convincentes, à adoção da estratégia expansionista no Brasil hoje. Em primeiro lugar, pode-se considerar que essa foi justamente a opção do governo em 2013 e 2014, e que a expansão fiscal – note-se, pela via das desonerações – não funcionou.

Em segundo lugar, estudos empíricos indicam que aqui a arrecadação de impostos responde menos ao ciclo econômico, devido a características da nossa estrutura tributária, o que poderia adiar uma eventual elevação do superávit primário pela via do crescimento do PIB e das receitas.

Em terceiro lugar, a dívida brasileira estaria especialmente sujeita à pressão dos rebaixamentos – muitas vezes arbitrários – das agências de risco e à elevação das taxas de juros para patamares que tornariam muito caro o serviço da dívida e insustentável a sua dinâmica. Por fim, os obstáculos políticos fariam do ajuste a única opção viável.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

Embora caibam ressalvas a todas essas objeções, vou supor que tais restrições tornem justificável a elevação do superávit primário prometida pela equipe econômica, para então perguntar: que tipo de ajuste seria menos nocivo a uma eventual retomada do crescimento e da arrecadação tributária? Embora muito tenha se falado sobre a velocidade correta do ajuste, pouco se falou sobre a sua composição ideal no que se refere ao seu impacto sobre o crescimento e o bolso do trabalhador.

Para responder a essa pergunta, vou recorrer a uma fórmula bastante antiga na macroeconomia keynesiana, desenvolvida por Haavelmo em 1945 (Haavelmo, T. 1945. Multiplier effects of a balanced budget, Econometrica, 13, 4, 311–18), qual seja, a de que a manutenção do mesmo déficit fiscal a partir de um aumento equilibrado em gastos e receitas governamentais pode ter efeito positivo sobre o PIB se a elevação dos impostos atingir sobretudo os mais ricos e o aumento nos gastos se direcionar para a classe média e os pobres.

Em outras palavras, como a propensão a gastar dos ricos é menor do que a dos beneficiados pela política, o efeito líquido de se elevar gastos e impostos dessa forma seria expansivo para o consumo e o PIB, sem gerar nenhuma deterioração nas contas públicas. O multiplicador de Haavelmo poderia até levar à redução do déficit fiscal após alguns trimestres, a partir do efeito do maior crescimento do PIB sobre a arrecadação.

Por esse critério, entre as medidas já anunciadas pelo governo, a julgar pelo pouco (ou nenhum) impacto positivo que as desonerações tiveram sobre a economia em 2013 e 2014, sua eliminação pouco preocupa, e é muito preferível, por exemplo, a alguns ajustes já anunciados pelo lado dos gastos. Mas, seguindo os ensinamentos de Haavelmo, para minimizar, ou quem sabe até eliminar seu efeito recessivo, o ajuste deve ser daqueles que, pelo lado da receita, aumentam substancialmente a progressividade da estrutura tributária.

É nesse contexto que deve ser entendida (e muito estimulada!) a discussão por membros da equipe econômica sobre a criação de um imposto sobre grandes fortunas e/ou sobre o aumento e a federalização do imposto sobre heranças.

Além de tais impostos ajudarem a reverter um processo de perpetuação das desigualdades de renda tal qual apontado por Thomas Piketty em seu best-seller "O Capital no Século XXI", estes têm o potencial de gerar um efeito multiplicador à la Haavelmo, já que, a depender da composição dos gastos, permitem uma redistribuição da renda dos que gastam pouco para os que gastam muito.

Comparando os dois impostos, é importante destacar que além de não depender da passagem de uma geração para a outra, o imposto sobre grandes fortunas tem impacto redistributivo e multiplicador muito maior do que o imposto sobre heranças, por ser direcionado apenas para o topo da distribuição, sem qualquer ônus à classe média.

Uma terceira possibilidade de tributação progressiva, que embora não tenha qualquer efeito sobre o estoque de riqueza já acumulado, é de implementação muito mais fácil, é a introdução de uma faixa adicional de imposto de renda, com alíquota maior para os que estão no topo da distribuição. É importante lembrar que a nossa alíquota máxima de imposto de renda, de 27,5%, é muito menor do que a verificada nos países avançados (e.g. 39.6% nos EUA, 45% na Inglaterra, 57% na Suécia) e nos coloca em 55o no ranking mundial feito pela KPMG, atrás também de países como a África do Sul e o Chile (ambos com 40%).

Por fim, pelo lado dos gastos, além da manutenção dos programas de transferência de renda, estes já progressivos e com alto efeito multiplicador, a elevação dos tributos deveria abrir algum espaço para a expansão dos investimentos públicos. É quase consenso na literatura que os investimentos públicos em infraestrutura têm efeitos multiplicadores de curto e de longo prazo mais altos do que outros componentes do gasto público, já que além de gerar mais empregos, elevam a produtividade e ajudam a puxar investimentos privados. No entanto, estes são os primeiros a sofrerem cortes em períodos de ajuste fiscal.

Se não for realizado com tais cuidados, um ajuste que deveria ser "rápido", como defendido recentemente pelo ministro da Fazenda, pode se tornar quixotesco, enquanto a contração do PIB e das receitas exigirem cortes de gasto cada vez maiores para o cumprimento da meta de superávit primário, impedindo também a retomada.

Um ajuste mais nocivo teria o problema adicional de agravar os obstáculos políticos que hoje enfrenta o governo, já que sua impopularidade junto aos trabalhadores inevitavelmente traz prejuízo aos índices de aprovação da presidente.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

30/03/2015 - Carta Capital

Sonegação de impostos é sete vezes maior que a corrupção

Deixa-se de recolher 500 bilhões de reais por ano aos cofres públicos no País, ao passo que o custo anual médio da corrupção no Brasil, em valores de 2013, corresponde a 67 bilhões anuais

Nenhum assunto rivaliza com as notícias sobre corrupção na cobertura e no destaque dados pela mídia, um sinal da importância devidamente atribuída ao problema pelos cidadãos. Males de proporções maiores, porém, continuam na sombra. A sonegação de impostos, por exemplo, tem sete vezes o tamanho da corrupção, mas recebe atenção mínima da sociedade e do noticiário.

Deixa-se de recolher 500 bilhões de reais por ano aos cofres públicos no País, calcula o presidente do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional, Heráclio Camargo. O custo anual médio da corrupção no Brasil, em valores de 2013, corresponde a 67 bilhões anuais, informa José Ricardo Roriz Coelho, diretor-titular do Departamento de Competitividade e Tecnologia Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, com base em cálculos recentes.

Para alertar a sociedade da importância de se combater a sonegação, Camargo, inaugurou na quarta-feira 18, em Brasília, um sonegômetro e uma instalação denominada lavanderia Brasil. Na inauguração, o medidor mostrava um total sonegado de 105 bilhões desde janeiro, dos quais 80 bilhões escoados por meio de operações de lavagem ou manipulação de recursos de origem ilegal para retornarem à economia formal com aparência lícita.

Em um exemplo citado pelo Sindicato, um comerciante simula a compra de 50 milhões de litros de combustível, adquire só 10 milhões de litros físicos e obtém, mediante pagamento, notas fiscais falsas no valor de 40 milhões. Ele negociou de fato só aqueles 10 milhões, mas trouxe para a economia formal os 40 milhões de origem ilícita por meio desse mecanismo de lavagem, sem recolher os impostos devidos. Tanto a parcela superfaturada, os recursos de propinas, tráfico de drogas, de armas e de pessoas, contrabando, falsificações, corrupção e renda sonegada precisam retornar à economia com aparência de origem lícita, para as atividades criminosas prosseguirem.

A livre atuação no Brasil das empresas off shores, ou registradas em paraísos fiscais, agrava a sonegação. Há laços fortes do País com esses redutos de burla dos fiscos dos estados nacionais, na prática nossos grandes parceiros comerciais. A principal razão é o tratamento preferencial dado ao capital externo, subtaxado quando da sua remessa de lucros ao exterior, afirma-se no site Tax Justice Network.

"Todos os países que não taxam ganhos de capital, ou o fazem com base em alíquota inferior a 20% são considerados paraísos fiscais no Brasil. Ironicamente, esse país tem diversas situações de ganhos de capital taxados em menos de 20%." Não é bem assim, explica a Receita Federal. "A definição de paraíso fiscal na legislação brasileira não leva em conta apenas a tributação de ganhos de capital, mas sim a tributação da renda. A tributação da renda das pessoas físicas é de 27,5% e das pessoas jurídicas é de 25% de imposto de renda, mais 9% de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido." Mas a taxação de ganhos de capital, "em regra de 15%", é baixa em termos mundiais e o trânsito do dinheiro é facilitado pela parceria comercial com os paraísos fiscais.

Pessoas físicas recorrem também aos paraísos fiscais para não pagar impostos sobre os seus ganhos, lícitos ou não. No caso das 8.667 contas de brasileiros descobertas no HSBC da Suíça (4.º maior número de correntistas no mundo), Camargo vê "com certeza indícios de conexão com paraíso fiscal, porque essas contas eram secretas, só vazaram porque um ex-funcionário do HSBC divulgou a sua existência. Há indícios a serem investigados pelas autoridades brasileiras, de evasão de divisas e crime de sonegação fiscal."

Leia mais em:

http://www.cartacapital.com.br/economia/sonegacao-de--impostos-e-sete-vezes-maior-que-a-corrupcao-9109.html